

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
CURSO DE HISTÓRIA**

**AÇÃO E LUTA DAS MULHERES NO BRASIL
(1960 – 1980)**

TATIANE MALLACH DIMER

TAQUARA

2014

TATIANE MALLACH DIMER

**AÇÃO E LUTA DAS MULHERES NO BRASIL
(1960 – 1980)**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História sob orientação da Prof^a. Me. Elaine Smaniotto.

TAQUARA

2014

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade analisar o processo de ação e luta das mulheres nas décadas de 1960-1980. Nele é relatado como essas mulheres atuavam no cenário ditatorial e, posteriormente, democrático, na busca de igualdade e de melhorias na sociedade. Pretende-se, a partir de um estudo bibliográfico e da metodologia qualitativa descritiva, contextualizar como as mulheres, há séculos, vem sendo vistas e como elas se organizaram para reverter a situação de submissão imposta durante tanto tempo. O Movimento Feminista e as relações de gênero foram sendo discutidos ao longo do século XX, e também serão analisados nesse trabalho. Centramos nossos estudos nas mulheres que se engajaram em movimentos político-sociais durante a repressão do período de recessão e como isso contribuiu para que se organizasse um Ano Internacional da Mulher, voltado às discussões específicas das mulheres. Conclui-se que a ditadura militar procurou combater a atuação das militantes utilizando-se da violência, humilhação e da tortura e que, ao longo desse processo, as conquistas de movimentos de mulheres se refletiram nas políticas públicas voltadas a elas na última década analisada, em fins de Regime Militar e início da redemocratização no Brasil.

Palavras-chaves: Condição feminina. Feminismo. Mulheres militantes. Movimentos de mulheres. Brasil.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentagem de mulheres eleitas para a Câmara dos deputados: 1945-2002.....	43
Gráfico 2: Percentagem de mulheres deputadas federais e estaduais: 1974-2006.....	44
Gráfico 3: Evolução do eleitorado brasileiro por sexo: 1974-2008.....	45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	06
2 UM PANORAMA SOBRE A AÇÃO DAS MULHERES.....	12
2.1 As mulheres na história.....	12
2.2 Os movimentos de ação e luta.....	17
2.3 Feminismo e relações de gênero.....	21
3 AÇÃO E LUTA DAS MULHERES NO BRASIL (1960-1980)	27
3.1 O Movimento Feminista durante a Ditadura Militar.....	27
3.2 A participação das mulheres em movimentos sociais.....	31
3.3 A condição feminina e o Ano Internacional da Mulher.....	34
3.4 As conquistas do movimento feminista: políticas públicas para as mulheres.....	37
4 CONCLUSÃO.....	49
5 REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

Pesquisar e compreender a ação e luta das mulheres no Brasil nas décadas de 1960 até 1980 na busca de igualdade e reconhecimento nas esferas política e social é o que pretendemos nessa monografia. Além disso, nos propusemos a mostrar as mulheres como indivíduos atuantes na luta por seus direitos, fugindo daquele estereótipo de que mulher deve ser educada apenas para os afazeres do lar.

É importante escrever e refletir sobre movimentos que tornam a questão da mulher visível. Uma problemática que, até então, pouco se fazia presente nos movimentos sociais e políticos. Além disso, foi-se criando novos paradigmas para se fazer a análise dessas situações, tornando-se esse um tema de pesquisas acadêmicas. O feminismo¹ contribuiu para a mudança na forma de se pensar a realidade e o discurso público no que se referia à igualdade da mulher e questionava os sistemas culturais e políticos que atribuíam certos papéis às mulheres, voltados à esfera privada.

No *Dicionário de conceitos históricos*, Silva e Silva (2008, p. 145) afirmam:

de maneira ampla, o feminismo pode ser definido como um longo processo não terminado de transformação da relação entre os gêneros. Um processo com raízes que se estendem desde o passado remoto até o presente. Por outro lado, o feminismo também pode ser apresentado como o discurso de busca de igualdade entre os sexos (...)

A mulher sempre esteve presente na sociedade, mas seu papel foi, por muito tempo, silenciado e, por vezes, até negado. Muito disso, é devido à forte influência de uma sociedade hierarquizada e patriarcal. Essa visão obscureceu o fato de que as mulheres, assim como os homens, também contribuíram para as mudanças ocorridas no Brasil durante as décadas de 1960 – 1980.

Muitas das transformações sociais ocorridas nessa época despertaram nas mulheres o desejo de conquistar espaço no mercado de trabalho e nas universidades. Esse novo jeito de ver a realidade fez emergir um pensamento

¹ “Termo adotado e consagrado para designar o movimento pelo qual é reivindicada a ampliação dos direitos e do papel da mulher na sociedade.” (AZEVEDO, 1999, p. 197)

crítico em relação às questões feministas e acabou influenciando estudos e pesquisas científicas sobre questões de gênero, que até então eram novidades. Estudos como os de Michelle Perrot e Rachel Soihet contribuíram para derrubar concepções estabelecidas de que toda mulher é submissa e dócil, e mostrar atitudes de resistência e luta de algumas. No Brasil, podemos destacar os estudos de Mary del Priore, Carla Bassanezi Pinski e Maria Joana Pedro no sentido de dar destaque às mulheres brasileiras ao longo da história do país, suas atitudes e pensamentos, bem como os movimentos e repressões sofridas.

O movimento de mulheres busca mostrar novas teorias para fugir daqueles saberes já existentes de caráter masculino. Ao surgir a primeira geração de pesquisadoras do assunto *mulheres*, surge também o *gênero* como categoria de análise histórica, em meio a novas tendências historiográficas, como a *história cultural*. É nesse contexto de novas análises que “a história das mulheres e os estudos de gênero passaram a ocupar o primeiro plano da nova história cultural” (HUNT, 2006, p. 24).

A categoria gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86). É a maneira culturalmente elaborada que a diferença sexual toma em cada sociedade, e que se manifesta nos papéis e status atribuídos a cada sexo. O conceito de gênero enfatiza a identidade cultural de mulheres e homens e também procura explicar as relações entre eles.

Homens e mulheres, dependendo do tempo e da sociedade em que estão inseridos, podem ter comportamento diferenciado. Mas a compreensão sobre homens e mulheres não pode ser alcançada com estudos separados. Para compreender um é necessário conhecer o outro e a relação que se estabelece entre ambos.

Os estudos das questões de gênero marcam uma renovação no modo de análise, como afirma Matos (1997, p.98):

A expansão e o enriquecimento dos temas de investigação propostos pelos estudos de gênero foram acompanhados por renovações dos marcos temáticos e metodológicos, enfoque e modos de análise inovadores que, além de questionarem os paradigmas históricos tradicionais, vêm colocando novas questões, descobrindo novas fontes, enfim, contribuindo para redefinir e ampliar noções tradicionais do significado histórico.

Mas como se deu todo esse processo em uma época de mudanças drásticas no campo político, social e cultural? Qual foi a atuação do feminismo durante as décadas de 1960 e 1970 - Ditadura Militar², e 1980 - redemocratização³ no Brasil? Quais foram as conquistas dos movimentos de mulheres nessas três décadas? Essas são algumas questões importantes a respeito da atuação feminina na sociedade. São essas questões que esse trabalho de pesquisa se propõe a investigar.

De acordo com a análise de Gianordoli, Trindade e Santos (2012, p.23):

A militância política de mulheres durante o regime de ditadura militar no Brasil, quando jovens assumiram um papel inédito, tanto no campo da política quanto no das relações de gênero, rompendo com os códigos da sua época. Portanto, investigar a participação da mulher nesse contexto pode oferecer importantes informações que colaborem para um entendimento mais geral da construção social da identidade feminina, que, a partir dessa época, passa por intensas transformações.

Desde o século XIX, com o sistema capitalista⁴ consolidado, a organização de trabalho e o processo produtivo como um todo sofrem mudanças drásticas, sendo a mão de obra feminina a que mais se abala frente às transformações. Se antes muitas tarefas eram executadas em casa, agora vão ser transferidas para fábricas, fazendo com que a mulher saia do seu domicílio, aumentando a mão de obra operária. Ao saírem da sua esfera privada, passam a lutar por seus direitos. Alves e Pitanguy (1985, p.41) afirmam que “Através de uma luta constante por seus direitos, as mulheres trabalhadoras romperam o silêncio e projetaram suas reivindicações na esfera pública”.

As principais ideias dos movimentos de mulheres permanecem presentes nos dias de hoje em diferentes espaços. Grande parte da história das mulheres ainda está por ser estudada e analisada, necessitando

² A Ditadura Militar foi um período da política brasileira em que os militares governaram o Brasil. Esta época vai de 1964 a 1985. Caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o Regime Militar.

³ Redemocratização é um termo utilizado para designar a abertura política brasileira para um Governo Civil. Ou seja, faz referência à recuperação das instituições democráticas que foram abolidas pelo Regime Militar instaurado no Brasil em 1964.

⁴ “Termo empregado para caracterizar uma forma de atividade socioeconômica baseada na propriedade privada dos meios de produção e na utilização da força de trabalho do assalariado” (AZEVEDO, 1999, p. 86).

reconstruir suas experiências e expectativas em sociedades de outras épocas e fazendo com que elas apareçam como sujeitos da história e, principalmente, sejam alvo de estudos mais complexos e aprofundados.

A partir do século XX, a história das mulheres passa a ser fonte de interesse. Entre as duas grandes guerras mundiais, na década de 1920, as mulheres passam a ter maior acesso às universidades. É nesse período também que o tema feminismo começa a chamar a atenção. Nesse espaço, por tanto tempo destinado a homens, é que a mulher passa a atuar de forma mais significativa. A mulher dessa época é moderna e, muitas vezes, causa espanto com certas atitudes consideradas avançadas. As mulheres passam a ser vistas caminhando sozinhas pelas ruas dos grandes centros, quebrando a hierarquia do público-privado.

Entretanto, é nos anos 1960 que a participação das mulheres ganha mais visibilidade, sobretudo na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Era a luta feminina pela conquista de novos direitos e a liberdade sexual. No Brasil da década de 1960, iniciava-se o período da Ditadura Militar. Já na década de 1970, começam os movimentos de libertação das mulheres que vão atrás de reconhecimento, “de encontrar vestígios e torná-las visíveis” (PERROT, 2007, p.20).

Segundo Perrot (2007, p. 15) a história das mulheres mudou:

Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança.

Portanto, o movimento de mulheres não é recente, mas foi na segunda metade do século XX que ganhou maior notoriedade. Com os movimentos feministas, as mulheres passaram a ser vistas como autoras, participantes dos assuntos históricos e com grandes possibilidades de contribuição para a escrita da história das gerações passadas e também de atuação em esferas de poder político e social.

É perceptível que existe muito a ser pesquisado se tivermos por base a participação histórica das mulheres, que por muito tempo ficaram longe da trajetória da construção historiográfica. Esse tempo tem de ser compensado

pelo período de esquecimento e desprezo. Este trabalho tem por base a pesquisa bibliográfica qualitativa com o intuito de buscar as informações e promover discussão sobre o assunto, procurando respostas, por meio de pesquisa, em diferentes fontes que possibilitarão a composição da vida destas mulheres na década de 1960 até 1980.

Nos últimos trinta anos, a historiografia brasileira tem apresentado uma infinidade de novas temáticas com diferenciadas abordagens. A história tradicional costumava oferecer uma visão de cima, concentrando suas análises nos feitos dos grandes heróis, estadistas ou, ocasionalmente, eclesiásticos. Ao resto da humanidade era destinado um papel secundário nas narrativas históricas. Por outro lado, a historiografia contemporânea está preocupada com a história vista de baixo, com as opiniões das pessoas comuns e com suas experiências pessoais, a chamada história cultural. Neste sentido, Vainfas (1997, p.148-149) enfatiza que:

A chamada história cultural não recusa de modo algum as expressões culturais das elites ou classes “letradas”, mas revela especial apreço, tal como a história das mentalidades, pelas manifestações das massas anônimas: as festas, as residências, as crenças heterodoxas. Em uma palavra, a Nova História Cultural revela uma especial afeição pelo informal e, sobretudo, pelo popular.

Assim, refletir sobre ações e lutas de mulheres torna-se importante, uma vez que elas passaram a ser fonte dos interesses acadêmicos há pouco tempo.

Um panorama sobre como era a condição da mulher ao longo de vários períodos, bem como o modo como eram vistas e o que deveriam fazer, será apresentado no segundo capítulo do trabalho. Também se pretende mostrar que, em vários momentos, mulheres que não concordavam com a submissão imposta, criavam movimentos denunciando tal condição. Abordaremos alguns momentos de resistência e busca de direitos que antecederam a década de 1960, bem como o surgimento e atuação do Movimento Feminista e estudos sobre relações de gênero.

Prosseguindo, no terceiro capítulo será apresentada a trajetória de lutas das mulheres em busca do seu reconhecimento e dos seus direitos. Pretendemos relacionar os movimentos feministas com a busca de conscientização das mulheres sobre sua situação e condição na sociedade.

Nesse capítulo, também abordaremos os movimentos de mulheres no contexto da Ditadura Militar, um período difícil para qualquer grupo popular que se formava. Mesmo em um período como esse, existiram mulheres que se reuniram em movimentos para lutarem ou refletirem sobre sua condição. Alguns desses movimentos serão expostos nesse capítulo. Com todas essas lutas, surgem debates como a condição das mulheres e ocorre o Ano Internacional da Mulher, tema também apresentado, bem como os resultados dessas reflexões expostas pelos movimentos de mulheres dos anos 1960-1980.

2 UM BREVE PANORAMA DA TRAJETÓRIA FEMININA

Para que possamos compreender o processo de movimentos de mulheres na segunda metade do século XX, é imprescindível sabermos dos contextos e cenários que impulsionaram tais movimentos. É de extrema importância analisarmos como as mulheres eram vistas ao longo do tempo, pois elas sempre fizeram parte da história. Resta-nos saber como eram retratadas, como se comportavam e o que se esperava delas. Dessa forma, foram significantes os movimentos que surgiram para dar voz às questões femininas.

Esse capítulo destina-se a fazer um breve relato da condição feminina de várias épocas ao longo da história e esclarecer como e por que os movimentos feministas foram surgindo e como isso tudo mudou a forma de se analisar questões de gênero.

2.1 As mulheres na história

A história das mulheres passou a ser contada de forma mais significativa na segunda metade do século XX. Antes disso, elas pouco apareciam na historiografia. Para Perrot (2007, p. 154), o feminismo “Por muito tempo era o primo pobre da historiografia, e mesmo da memória, porque deixa poucos vestígios, em razão da fragilidade de sua organização”. No entanto, essa situação vem mudando desde as décadas de 1960 e 1970, pois começaram a surgir inúmeras pesquisas sobre o assunto.

Muito dessa lacuna se deve à escassez de vestígios produzidos pelas próprias mulheres. Entretanto, “encontram-se mais facilmente representações sobre a mulher que tenham por base discursos masculinos determinando quem são as mulheres e o que devem fazer” (SOIHET, 1997, p. 295). Dessa forma, se capta o imaginário da mulher e como ela é vista pelo olhar masculino.

A maior parte dos vestígios foram apagados, já que muitas mulheres não davam importância para seus registros, pois era muito forte a ideia de que não teriam valor algum, ou que seus escritos, em algum momento, fossem servir para envergonhá-las, já que, quase sempre, eram expressões do que sentiam

ou pensavam. Além disso, poucas eram as mulheres alfabetizadas, portanto, não poderiam produzir nenhum escrito.

As mulheres de classe social mais elevada eram destinadas à esfera privada, confinadas em casa, e, por isso, estavam ausentes das atividades consideradas importantes e dignas de serem registradas para a posteridade. Sua ocupação era o lar, então, uma mulher em público não era certo, pois a “suspeita pesa sobre os deslocamentos das mulheres, principalmente das mulheres sozinhas” (PERROT, 2007, p. 136). Das mulheres falava-se quando elas perturbavam a ordem pública ou causavam algum constrangimento, sempre de forma negativa. Por isso, o silêncio era apropriado à uma mulher de direito. Quando se falava em mulheres, era sempre no sentido generalizado.

Na Grécia antiga, Aristóteles afirmava que a mulher beirava à selvageria e que era uma ameaça à vida harmoniosa. O homem era o ser completo e perfeito, enquanto a mulher era inacabada, defeituosa, um homem incompleto. Por isso, a mulher deveria se sujeitar ao silêncio, ocupando “posição equivalente à do escravo no sentido de que tão somente estes executavam trabalhos manuais, extremamente desvalorizados pelo homem livre.” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 11)

Na civilização romana, era atribuído ao homem poder sobre a mulher, filhos, servos e escravos. Entretanto, as mulheres começaram a reivindicar alguns direitos e espaços na sociedade, que, no começo, impunha duras restrições e severas punições às mulheres que cometiam alguma falha. Com o tempo, as leis romanas foram sendo modificadas e aprimoradas, no que se tratava das mulheres, para garantir a estabilidade da vida familiar. Não era somente o marido quem detinha o poder sobre a esposa, e sim as cortes de família composta de membros de ambos os sexos. As punições se tornaram mais brandas e as mulheres eram livres para aparecer em público e participar da maioria dos eventos.

Nos primeiros séculos da Idade Média, as mulheres usufruíam de alguns direitos com base nas leis e nos costumes. Em termos jurídicos, eram dependentes dos homens. Entretanto, as mulheres da elite e do povo ocuparam posições das mais variadas dentro da sociedade medieval. Tem-se registros de algumas mulheres em assembleias e universidades. Dentro de casa, a mulher assumia o controle. As camponesas eram em maior número, e

seu trabalho era de extrema importância para a economia rural. Por esse motivo, participavam, ao lado do marido, de quase todas as atividades realizadas na terra. As mulheres de condição servil, além de fazerem os serviços do campo, muitas vezes também tinham que prestar serviços na casa de seu senhor. As senhoras de alta nobreza, donas de casa de famílias senhoris, ou mesmo as da pequena nobreza rural (castelãs) cuidavam da economia doméstica que era ampla.

A ausência constante dos homens, que se afastavam por viagens, peregrinações, cruzadas e guerras, fez com que as mulheres tivessem que assumir novas responsabilidades. Uma vez os homens longe de casa era papel da mulher substituí-los na administração das posses. “Historicamente, a maior participação da mulher na esfera extradoméstica esteve sempre ligada ao afastamento do homem por motivo de guerras.” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 16-17).

Algumas mulheres trabalhavam nas oficinas artesanais pertencentes à família. “O trabalho feminino teve incontestável papel na vida econômica urbana medieval. Quando solteiras, as moças pobres ajudavam os pais; casadas, ajudavam os maridos; viúvas, trabalhavam por conta própria para sobreviver.” (MACEDO, 2002 p. 40). O acesso ao saber ler e escrever era vetado às mulheres. Mesmo assim, houve algumas mulheres letradas no medievo, embora pouquíssimas, quase sempre religiosas ou damas de alta sociedade. Algumas tinham algum discurso feminino, mas não podemos considerar como anseio de todas as mulheres.

No Renascimento, certas atividades vão sendo exclusivas do domínio masculino. A ideia de trabalho é valorizada, assim como o conhecimento e a ciência. A instrução masculina se desenvolve, enquanto a educação das mulheres sofre retrocessos. Há uma diferença enorme entre o número de escolas para meninos e meninas no Renascimento:

tal defasagem se dá não somente em termos quantitativos como também no que se refere à qualidade do ensino ministrado. O currículo das meninas enfatizava o aprendizado das prendas domésticas e sua escolarização não as preparava para o ensino superior, que, aliás, sequer lhes era acessível. (ALVES; PITANGUY, 1985, p.28).

Sendo assim, “Não é de se estranhar, portanto, que as primeiras vozes de contestação feminina que a história moderna registra se dirijam justamente contra a desigualdade sexual no acesso à educação e ao trabalho.” (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 28).

Direcionando nosso olhar especificamente para o Brasil, é possível perceber que a mulher durante o período Colonial foi um agente que contribuiu tanto passiva quanto ativamente para a formação da sociedade brasileira:

[...] A condição feminina na Colônia exigia medidas que integrassem ao processo de civilização de mores que ocorriam no Velho Mundo. Daí a necessidade de um processo normativo às mulheres coloniais. Elas deviam tornar-se esposas e mães, complemento do homem, ventre fecundo que assegurasse perenidade dentro do quadro do sagrado matrimônio. Como mães, tinham que se erguer como paladinas da difusão do catolicismo e do povoamento ordenado da Colônia. Ao contrário de gerar desclassificados fora das normas institucionais, que se concentrassem em parir súditos fiéis aos bandos dos governadores e às pastorais diocesanas. (DEL PRIORE, 1993, p. 334).

Enquanto a nativa e, mais tarde, a negra, contribuía com o corpo e o trabalho, a mulher branca trazia da metrópole (Portugal) o modo de viver e a maternidade.

No período Imperial brasileiro foi sendo estabelecida uma divisão de tarefas, em razão do sexo, cada um exercendo seu papel. Há nítida separação entre espaço público e espaço privado, sendo que a mulher estava restrita a esse último. Logo, o mercado de trabalho e a vida pública estavam com as portas fechadas para a maior parte das mulheres, pois, privadas de educação, não tinham qualificação suficiente para uma profissão, continuando confinadas ao lar e exercendo seu tradicional papel de mãe e esposa, segundo Costa (2007).

Ao longo do século XIX, o sistema capitalista se consolida e todo o processo produtivo e a organização de trabalho sofrem mudanças significativas. A mão de obra feminina, em especial, é a mais atingida. Num crescente processo de industrialização, urbanização e modernização, as mulheres operárias saem de suas casas para trabalharem. Essa atitude muda a estrutura familiar. O homem deixa de ser quem sustentava a casa e a família. A mulher passa a ter também acesso a recursos financeiros, medindo forças com o esposo:

O sistema de produção manufatureira e, posteriormente, fabril, o desenvolvimento tecnológico e a introdução cada vez mais significativa da maquinaria, vão afetar o trabalho feminino, transferindo para as fábricas tarefas antes executadas a domicílio, e aumentando enormemente o contingente feminino da mão de obra operária. (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 37-38).

Muitas mulheres humildes acabaram migrando do campo para a cidade em busca de trabalho. Vinham por conta própria ou mandadas pela família, aumentando o número de mulheres que serviam de mão-de-obra barata para as fábricas. As mulheres se juntaram aos homens nas jornadas de até 18 horas de trabalho, em condições terríveis, sofrendo uma exploração ainda maior devido às diferenças sexuais. Essa superexploração era justificada pelo fato de que as mulheres podiam receber salários menores porque, supostamente, tinham alguém que as sustentasse, ou pelo menos deveriam ter. As mulheres ficam encarregadas das tarefas menos qualificadas na produção fabril.

As péssimas condições de trabalho e os baixos salários desencadearam, ainda no século XIX, no Brasil, revoltas do operariado em busca de melhores condições de trabalho. As mulheres também fizeram parte desse movimento. “Através de uma luta constante por seus direitos, as mulheres trabalhadoras romperam o silêncio e projetaram suas reivindicações na esfera pública.” (ALVES; PITANGUY, 1985, p.41). Mulheres participavam de greves, reivindicavam, e, por conta disso, também sofriam com as repressões. Essa situação adentrou o século XX.

Junto com as lutas de cunho trabalhistas, o período também caracterizou-se pela luta em busca dos direitos de cidadania. A luta das brasileiras pelo sufrágio foi um dos mais importantes movimentos políticos de massa do século XX. Era a ampliação dos direitos da democracia que, no princípio, não incluía o sufrágio feminino, se tornou uma luta específica abrangendo mulheres de várias classes sociais.

É no século XX que a situação começa a mudar drasticamente no contexto mundial. Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a mulher tem que assumir novas responsabilidades. A afirmação da igualdade entre os sexos vai ao encontro das necessidades econômicas do período. Os homens vão para os campos de batalhas e as mulheres assumem o papel de sustentar a casa entrando na esfera do trabalho para liberar os homens para o combate.

Se mostram ao espaço público, ativas no trabalho deixando de serem vítimas para serem atuantes em seu espaço. Essa situação vai se estender até o término da Segunda Guerra Mundial.

É com o final da guerra e o retorno da força de trabalho masculina, que a ideologia que valoriza e diferenciação de papéis por sexo, atribuindo à condição feminina o espaço doméstico, é fortemente reativada, no sentido de retirar a mulher do mercado de trabalho para que ceda seu lugar aos homens. (ALVES; PITANGUY, 1985, p.50)

Esses anos marcados por essa grande guerra provocaram uma série de mudanças no Brasil, indo “do aumento da produção industrial e a aceleração da consciência nacional até o fim da secular dependência da Grã-Bretanha.” (HAHNER, 2003, p. 268). O Brasil forneceu provisões aos aliados e acabou reduzindo a produção de bens essenciais. A falta de alimentos e os baixos salários provocaram agitações constantes, pois as classes mais baixas beiravam à miséria. Surgem cada vez mais pessoas interessadas em resolver questões sociais.

2.2 Os movimentos de ação e luta

Não se sabe ao certo quem criou a palavra feminismo, mas, para Perrot (2007, p. 154), “Em sentido muito amplo, ‘feminismo’, ‘feministas’ designam aqueles e aquelas que se pronunciam e lutam pela igualdade dos sexos”. O movimento feminista não é uma organização estável. Ele surge e ressurgem em ondas, muitas vezes de forma súbita em manifestações públicas. Segundo Alves e Pitanguy (1985, p.7), o termo feminismo “(...) traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado da chegada.”

Em fins do século XIX e no início do XX, podemos dizer que ocorreu a primeira onda dos movimentos feministas. Nesse contexto, as reivindicações eram voltadas para melhores condições de trabalho e direito ao voto. Apesar disso, as ações e mobilizações de mulheres em busca de seus direitos não eram novidade no Brasil. Durante o século XIX, um pequeno grupo de mulheres insatisfeitas com a condição feminina perante o homem tenta despertar em outras mulheres suas aspirações de mudanças. Elas usavam as

páginas dos jornais para disseminar tais ideias. Embora em número reduzido, algumas mulheres também participaram dos movimentos pela abolição da escravatura.

Essas mulheres faziam parte de uma minoria alfabetizada que acreditava na importância da educação para ampliar os horizontes das mulheres provocando melhoras, no sentido de independência econômica e nas questões sociais. Segundo Hahner (2003, p. 27),

enquanto algumas apenas se opunham à submissão das mulheres, outras tentavam também conquistar o direito à educação superior, já que, como bem sabiam, elas não poderiam assumir profissões de prestígio sem o grau universitário.

Já no final do século XIX, cada vez mais mulheres estavam recebendo instrução. As instituições de ensino superior no Brasil passaram a receber mulheres, fato tão exigido pelas primeiras defensoras da emancipação feminina. Cada vez mais as mulheres assumiam empregos fora de casa. Até a década de 1920, muitas delas já estavam concorrendo a vagas de alto nível em repartições públicas, embora a maioria das profissões ainda fosse exercida somente por homens.

Nas primeiras décadas do século XX, essas mulheres instruídas defendiam o voto feminino. Alguns setores da elite brasileira mostraram aceitação, tomando como exemplo a conquista do voto feminino da Europa e dos Estados Unidos, depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A campanha pelo sufrágio feminino não estava ligada a nenhum partido político, nem mesmo envolvida com algum outro movimento social. Com a Constituição de 1934, o voto feminino tornou-se um objetivo alcançado. Sua elaboração teve a colaboração de algumas mulheres importantes dentro do movimento sufragista, no sentido de representar as feministas na Comissão responsável pela elaboração da Constituição. Dentre essas mulheres que colaboraram, podemos citar Bertha Lutz⁵, grande defensora dos direitos das mulheres.

⁵ Nasceu em 1894, em São Paulo. Aos 17 anos, foi estudar na Europa e se formou em Ciências pela Sorbonne. Em 1919, criou, junto a outras mulheres, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher para intensificar a luta pelo voto feminino. Em 1933, formou-se em direito para continuar a lutar pelos direitos das mulheres. Foi candidata à Assembleia Constituinte de 1934, sendo eleita como suplente. Acabou assumindo o cargo de deputada, devido à morte do titular, onde lutou por várias modificações legislativas. Em 1975, participou de encontros e

Apesar de todo esse envolvimento das mulheres

o sufrágio feminino no Brasil foi essencialmente um movimento de classe média em prol de uma mudança judicial para garantir o voto daquelas mulheres que haviam alcançado a mesma qualificação que os homens, não uma tentativa de revolucionar o papel da mulher na sociedade, nem a própria sociedade em si. (HAHNER, 2003, p.31).

Todo esse processo ajudou a conscientizar as mulheres quanto às mudanças e problemas que estavam ocorrendo, principalmente o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), “uma ditadura que esmagou a primeira pequena onda de ativismo político feminista no Brasil” (HAHNER, 2003, p. 31). Apesar disso, não podemos dizer que as mulheres não tenham participado do mundo público, mas sim que houve um período de relativa calma em comparação com as décadas anteriores.

Muitas das mulheres instruídas que lutaram pelo sufrágio feminino depois da queda do Estado Novo voltaram a liderar organizações voltadas às questões da mulher. Os novos movimentos que afloraram na segunda metade do século XX possuíam semelhanças com as lutas das mulheres no início do século, embora algumas diferenças fossem gritantes, como lutar por uma sociedade mais justa e buscar melhorias sociais para o Brasil numa época de profundas transformações.

Em fins dos anos 1960, no Brasil, recomeçam as ações de feministas sob forte influência dos movimentos que estavam ocorrendo nos Estados Unidos e na Europa. Além dessa influência, as mulheres brasileiras também tinham seus próprios anseios. Denunciavam a opressão feminina, reivindicavam a igualdade de direitos entre homens e mulheres - políticos, trabalhistas, civis - e busca de reconhecimento e valorização das diferenças. “O ‘masculino’ e o ‘feminino’ são criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas.” (ALVES, PITANGUY, 1985, p. 55). Ademais, queriam mostrar que a desigualdade entre os sexos é fruto do processo histórico e que o fator biológico não serve para explicar uma possível inferioridade feminina.

eventos em função do Ano Internacional da Mulher. Morreu no ano seguinte, aos 82 anos de idade.

Nos anos de 1960, na Grã-Bretanha, na França e nos Estados Unidos as minorias passaram a despertar interesse entre os historiadores. As “mulheres” faziam parte dessas minorias pouco estudadas até então. A partir dessa década, com a onda do movimento feminista, a história das mulheres ganha notoriedade.

As pesquisas sobre a ação das mulheres seguem em dois rumos: os movimentos organizados (movimentos feministas) e as manifestações informais. A primeira vertente se ocupa em contar a história de mulheres notáveis (em biografias), seguindo uma linha positivista, escolhendo as mulheres que tiveram algum destaque. Era um modo de diferenciar daquelas mulheres cuja imagem tradicional era passiva e sem iniciativa. Dessa forma, mostra-se que a mulher também faz história, assim como o homem.

Já a segunda vertente estuda a ação informal das mulheres, mostrando seu cotidiano, as manifestações nos espaços públicos, que, até então, não eram notáveis. Destacam-se associações de bairros e clubes de mães, que, em geral, lutavam por melhorias na infraestrutura de seu bairro ou cidade.

Como será aprofundado no próximo capítulo desta monografia, nos anos de 1970, as mulheres, em seus movimentos de libertação, buscam maior visibilidade, procurando seus vestígios na história. Criticavam a visão predominantemente masculina.

(...) o feminismo procurou, em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo. Assim, o movimento feminista não se organiza de uma forma centralizada, e recusa uma disciplina única, imposta a todas as militantes. Caracteriza-se pela auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes, assim como em grupos pequenos, onde se expressam as vivências próprias de cada mulher e onde se fortalece a solidariedade. (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 8-9)

A esfera política foi a mais difícil para a mulher ingressar. Desde muito tempo está enraizada a ideia de que política é coisa de homem, uma mulher na política é contra a natureza. Mas, para Prado e Franco (2013, p.194-195), a política “atravessa os domínios da vida cotidiana e se encontra presente nas relações variadas que se estabelecem entre os indivíduos, incluindo aquelas entre homens e mulheres”.

Alguns jornais, revistas e folhetins foram publicados no Brasil e, muitas vezes, era a forma de dar voz à opinião feminina. Esses periódicos, em sua maioria, não duram muito tempo. Algumas mulheres manifestam suas reivindicações, de maneira solitária, contra algum aspecto da sociedade que não lhe agrada. Fazem barulho, escândalo, greves de fome ou se acorrentam em público como forma de chamar a atenção. Saem às ruas com faixas, *slogans*, vassouras. Mas, “a simples presença das mulheres na rua, agindo em causa própria, é subversiva e sentida como uma violência.” (PERROT, 2007, p. 157). Dessa forma, por mais pacíficas que fossem as manifestações das mulheres nesse período, eram encaradas subversivas.

2.3 Feminismo e relações de gênero

O feminismo desvendou a dimensão histórica da relação de gênero e pôs em questão a subordinação das mulheres na sociedade. Ao se organizarem, os grupos de mulheres buscaram, de forma coletiva, seus próprios interesses e a vontade de emancipação.

É comum construir a ideia de que existem coisas específicas de homens e de mulheres. É nesse sentido que podemos ter em mente a seguinte questão: Por que homens e mulheres vivem em condições de desigualdade? Eis uma questão que temos a necessidade de buscarmos onde começa.

A partir do momento em que nascemos, a sociedade já nos impõe certas peculiaridades, e essa situação se estende por todo nosso processo de educação. As diferenças entre meninos e meninas são bem marcadas, no modo de vestir, nas cores que se usa, nos brinquedos, nas histórias e seus personagens e nas atitudes. Enfim, existem formas pré-estabelecidas de se criar garotos e garotas. Eles aprendem desde muito cedo atribuições masculinas e femininas. “As crianças são levadas a se identificarem com modelos do que é feminino e masculino para melhor desempenharem os papéis correspondentes.” (FARIA; NOBRE, 1997, p. 10).

Podemos dizer, então, que as desigualdades entre homens e mulheres são construções da sociedade e que, de forma alguma, podem ser explicadas pela diferença biológica entre os sexos.

Com a consolidação do capitalismo, surge também a ideia do público e do privado. Às mulheres coube se restringir ao mundo privado, com os afazeres domésticos e cuidados com a família. Já ao homem, coube o direito e a liberdade do espaço público, o papel de provedor da casa. É a naturalização dos papéis, uma construção histórica que os movimentos de mulheres tentam desmistificar.

As relações de gênero foram, por muito tempo, sustentadas pela divisão sexual do trabalho. Esse mito que designa determinadas funções diz que o papel do homem é o de sustentar a casa e a família, e o papel da mulher é o de ter filhos, criá-los e educá-los, de cuidar da casa e do bem-estar do marido. Quando a mulher se lança no mercado de trabalho é para realizar funções que representavam extensões de seu papel de mãe, como professoras, enfermeiras, domésticas. Seus salários eram baixos, devido ao fato de que essa renda era considerada complementar em casa, já que o sustento real da família deveria ser o do marido.

Além disso, os serviços públicos não eram organizados a ponto de facilitarem a entrada da mulher no mercado de trabalho. Creches e abrigos para idosos não existiam. Postos de saúde e escolas não tinham horários flexíveis, restringindo seus horários de forma que muitas mulheres não conseguiam compatibilizar com o seu.

A violência doméstica é outra forma de expressão do machismo. A mulher era vista como objeto de posse. As mulheres, seguidas vezes, eram vistas como culpadas pelas agressões, gerando impunidade por parte do agressor. Outras tantas permaneciam em silêncio por acharem que não existia saída ou por receio. O sentimento de dependência e desvalorização era muito forte por parte das mulheres. Muitas permaneciam ao lado de seus maridos na esperança de que algum dia eles pudessem mudar.

Entretanto, em todas as épocas temos registros de mulheres que lutaram por igualdade. “O feminismo é um conjunto de ideias e práticas que visam superar as desigualdades entre homens e mulheres e acabar com as situações de opressão e exclusão das mulheres.” (FARIA; NOBRE, 1997, p. 24).

Portanto, com os estudos do conceito de gênero mudam-se as noções de público e privado, produção e reprodução, e mostra-se que homens e

mulheres estão em todas as esferas ao mesmo tempo, desempenhando seu papel masculino ou feminino. Além disso, nem todas as mulheres foram criadas para desempenharem os mesmos papéis, sem nenhuma forma de diferenciação. Sendo assim:

O movimento feminista foi percebendo que é preciso ter propostas para melhorar a vida das mulheres e que isso significa lutar por um mundo melhor para todas e todos, sem perder a capacidade de responder às questões das mulheres. Nesse processo de reflexão foi produzido o conceito de gênero e, posteriormente, sua articulação com os conceitos de classe e raça-etnia. O conceito de gênero foi elaborado por estudiosas da questão da mulher nas universidades e apropriado pelos movimentos como um instrumento de análise e de organização da ação. (FARIA; NOBRE, 1997, p.29)

Com tudo isso, a mulher e a questão de gênero ganham forte expressão na produção historiográfica. Não bastava somente fazer uma “História das Mulheres”, e sim entender as relações sociais entre homens e mulheres ao longo do tempo. Essas relações “nada mais são do que formas de representação cultural do nosso processo de socialização.” (SAMARA, 1997, p. 14).

Antes dos estudos de gênero, o feminismo era visto como o reverso do masculino. A partir de então, foram sendo derrubados os estereótipos que foram se enraizando ao longo do tempo. O saber histórico toma outros rumos, onde a:

expansão dos estudos que incorporam a mulher e a abordagem de gênero na história localiza-se no quadro de transformações por que vem passando a história nos últimos tempos, sendo possível afirmar que, por razões internas e externas, esses estudos emergiram da crise dos paradigmas tradicionais da escrita da história, que requeria uma completa revisão dos seus instrumentos de pesquisa. Essa crise de identidade da história levou à procura de ‘outras histórias’, o que levou a uma ampliação do saber histórico e possibilitou uma abertura para a descoberta das mulheres e do gênero. (MATOS, 1997, p. 86)

Os historiadores colocavam as mulheres como uma categoria homogênea, que, do ponto de vista biológico, eram iguais, que podiam até viver em contextos diferentes, mas não perdiam sua essência feminina. Para Soihet (1997, p.57),

a fragmentação de uma ideia universal de “mulheres” por classe, raça, etnia e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias do movimento feminista. Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a uma outra em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades.

Assim, a História das Mulheres é a junção entre a preocupação das historiadoras com esse tema e os movimentos feministas que desencadearam nos anos 1960.

A história positivista preocupa-se com o domínio público, com os feitos dos grandes, com os documentos oficiais. Na década de 1930, com a chamada Escola dos Annales, representada por Marc Bloch e Lucien Febvre, a história dos seres vivos e seu cotidiano passam a chamar a atenção. Mesmo as mulheres, não tendo sido incorporadas de início à historiografia dos Annales, contribuíram para que isso acontecesse nas décadas seguintes. Como citado anteriormente, a História Cultural se desenvolve como um novo campo de estudo, trazendo a abordagem do feminino. Isso contribui, “já que sua trama se tece basicamente a partir do cotidiano, e não a partir de pressupostos rígidos e de grandes marcos.” (SOIHET, 1997, p. 60).

A partir daí, os “excluídos” da história começam a aparecer como objetos de estudos e fonte de interesse de vários historiadores. Conforme Matos (1997, p.85),

as recentes preocupações da historiografia com a descoberta de ‘outras histórias’ vêm favorecendo a inclusão das mulheres e a incorporação da abordagem de gênero nos estudos históricos. Por outro lado, esses trabalhos têm contribuído de modo significativo para uma renovação temática e metodológica, abrindo possibilidades para a recuperação de experiências de outros setores sociais.

O debate sobre a condição da mulher ao longo da história começou nos anos de 1940, com a historiadora norte-americana Mary Beard, que abordou a questão da marginalização da mulher nos estudos históricos. Isso se deve ao fato de que a grande maioria dos historiadores era composta de homens, e, então, eles ignoravam a presença da mulher no processo histórico.

Quando Simone de Beauvoir⁶ escreve sua obra *O Segundo Sexo*, em 1949, afirma que a mulher não participou de grandes acontecimentos políticos e sociais na história e, por isso, se escreve pouco sobre elas. Isso se deve ao fato de que grande parte das mulheres viviam em função do outro, sem projeto de vida próprio, atuando a serviço do homem. Esse sim era o grande protagonista da história.

Até a década de 1970, muito se debateu sobre a passividade das mulheres diante das opressões sofridas. Essa visão acabou por ocultar aquelas que, de uma maneira ou de outra, participaram como sujeitos ativos da mudança social. A partir daí, surge a importância de diferenciar a vitimização e os sucessos femininos, e toda a complexidade que a questão exige.

Apesar da dominação masculina, a atuação feminina não deixa de se fazer sentir, por meio de complexos contra-poderes: poder maternal, poder social, poder sobre outras mulheres e 'compensações' no jogo da sedução e do reinado feminino. (SOIHET, 1997, p. 69).

É nessa década também que o trabalho feminino, sobretudo o fabril, ganha destaque nos estudos historiográficos, pois o trabalho fora de casa ocupa boa parte do dia a dia da mulher. Aliás, os estudos sobre a mulher tem sido ampliados dentro das ciências sociais nos últimos anos. É notável sua presença nas questões familiares, na política e no trabalho e em movimentos sociais. A produção historiográfica sobre a mulher vem tomando distintas formas de abordagem, bem como variados assuntos, da esfera privada à esfera pública abrindo um:

leque de várias correntes de interpretações, procurou-se recuperar a atuação das mulheres no processo histórico, como sujeitos ativos, de modo que as imagens de pacificidade, ociosidade e confinamento ao espaço do lar vêm sendo questionadas, descortinando-se esferas de influência e recuperando-se testemunhos femininos. (MATOS, 1997, p. 94)

⁶ Simone de Beauvoir (1908-1986) foi uma escritora e ensaísta francesa. Sua obra mais conhecida é o livro "O Segundo Sexo". É considerada uma das maiores representantes do pensamento existencialista francês. Também é uma das escritoras mais influentes do ocidente. Suas ideias tratavam de questões ligadas à independência feminina e o papel da mulher na sociedade. Sua obra refletia a luta feminina e as mudanças de papéis estabelecidos, assim como a participação nos movimentos sociais.

Os historiadores passaram a se ocupar com os movimentos e tendências ao invés de toda a certeza dos fatos cronológicos. Os valores, pensamentos e comportamentos variam conforme a época. A sociedade de determinada época pode ou não aceitar certas tendências e movimentos. O que antes era rejeitado ou marginalizado passou a ser visto como uma retomada de experiências. “Quanto às categorias de análise, nota-se uma preocupação explícita de se libertar de conceitos abstratos e universais e, ao mesmo tempo, resgatar as experiências de outros protagonistas” (MATOS, 1997, p. 99). Era hora de voltar os olhares para outras expressões e vozes da história.

É assim que a história das mulheres ganha notoriedade. Os movimentos feministas que ocorreram entre os anos de 1960 e 1980 ajudaram a promover a questão da mulher. Em um período conturbado, de forte repressão, em que muitas vozes tiveram de se calar, as mulheres conseguiram se fazer ouvir. Isso é assunto para o próximo capítulo.

3 AÇÃO E LUTA DAS MULHERES NO BRASIL (1960-1980)

Esse capítulo visa entender como se deu o processo de criação e organização dos movimentos de luta e ação das mulheres no Brasil. O contexto da Ditadura Militar foi extremamente rígido, mas, mesmo assim, grupos populares conseguiram se manifestar, apesar de muitas vezes ser de forma clandestina ou sofrendo fortes repressões. Pretende-se destacar o Movimento Feminista, uma vez que o mesmo teve caráter popular e também sofreu com a repressão. Aos poucos, no final do período ditatorial, os movimentos ganharam força e suas ideias se expandiram visando problemáticas envolvendo as mulheres. Elas passaram a requerer seu espaço e visibilidade e tiveram muitas conquistas.

3.1 O Movimento Feminista durante a ditadura militar

Na década de 1960, surgiram no Brasil as primeiras organizações feministas. Estas ainda possuíam traços conservadores, que se concentravam em discutir os espaços no mercado de trabalho e a igualdade entre os sexos. Maiores liberdades não entravam em pauta nas discussões desses primeiros grupos.

No ano de 1964, os militares tomam o poder através de um golpe. Esse Golpe Militar teria sido idealizado para livrar o país da corrupção e restituir a democracia. O presidente da época era João Goulart, que enfrentava grave instabilidade política, ocasionando greves e manifestações políticas e sociais. O alto custo de vida da população era uma das maiores reclamações. Além disso, havia um medo eminente, por parte da classe média, de que o socialismo⁷ fosse implantado no Brasil. As promessas do presidente Goulart de fazer reformas em áreas básicas (agricultura, economia, educação) não tiveram tempo para se concretizarem.

⁷ Entendemos como Socialismo um conjunto de doutrinas políticas e econômicas com intuito de transformar a sociedade, definindo um novo conceito de propriedade. Critica a injustiça social e propõe uma sociedade sem classes.

Embora não assumisse sua feição autoritária, o novo regime - Ditadura Militar - violou direitos básicos da democracia. Os Atos Institucionais⁸ serviam para legitimar o Poder Constituinte. Foi um período de perseguições e torturas aos adversários do regime.

As mulheres burguesas e de classe média, ligadas a setores conservadores, desempenharam papel importante no apoio ao golpe militar. Como exemplo, podemos citar a “Marcha com Deus, pela pátria e pela família”⁹, que ocorreu em 1964 e 1968 reunindo grande número de mulheres. Eram as mulheres servindo de massa de manobra, favorecendo tanto a esquerda quanto a direita.

Muitos ainda hoje têm certa resistência em admitir que existiam pessoas que apoiavam a Ditadura Militar. Muitos movimentos de mulheres surgiram nesse período, reunindo-as, mobilizadas contra as medidas propostas por Goulart. Algumas mulheres criaram associações em que atuavam para criar bases sociais e dar certa “legitimidade” ao golpe de 1964. As campanhas para promover o desgaste do governo de Goulart contaram com o poder fundamental das mulheres. Essas mulheres eram mães e donas de casa brasileiras que se dispunham a sair de suas casas para ir à rua pedir “reforma” no governo.

Grupos conservadores de mulheres foram criados a fim de reunir a opinião pública a favor do golpe. Devemos destacar a força mobilizadora da classe dominante, que soube canalizar toda a insatisfação da população, fazendo com que várias camadas da sociedade atendessem ao “apelo” da pátria que necessitava do golpe militar para livrá-la da corrupção e do medo eminente do comunismo. A intervenção militar deveria soar como um chamamento da população, e o papel das mulheres foi no sentido de reiterar os padrões conservadores sobre a função da mulher na sociedade.

Com o golpe estabelecido, as entidades feministas passaram a promover ações para legitimar o novo regime. Entretanto, à medida que esse novo regime se militarizava crescentemente sem resolver de vez a crise

⁸ Atos Institucionais foram decretos emitidos entre os anos de 1964 e 1969 que serviam para legitimar o governo militar e legalizar as ações políticas dos militares ao estabelecerem poderes extraconstitucionais.

⁹ Marcha com forte participação de mulheres, que surgiu em março de 1964, e que foi uma série de manifestações (marchas) organizadas em especial pelo clero e pelas entidades femininas e que eram favoráveis à deposição do presidente da República João Goulart.

econômica e atuando de forma repressiva foi perdendo suas bases de apoio popular. As associações de mulheres foram ficando isoladas e suas integrantes foram se dividindo entre apoiar ou não o governo.

Ao final da década de 1960, houve um progresso na libertação feminina. Muitas mulheres tomam parte nas lutas políticas, questionando a ordem estabelecida. Outras entraram para organizações clandestinas de esquerda para romper com séculos de submissão. Várias mulheres foram presas, torturadas ou exiladas por causa de sua atuação de contestação. Algumas eram presas por serem mães, irmãs, esposas ou ter qualquer outro tipo de ligação com homens militantes esquerdistas. Outras tantas eram torturadas ou exiladas por participarem ativamente.

O golpe militar criou uma barreira na causa feminista, sendo os movimentos sociais em geral eram reprimidos. As feministas e demais minorias e movimentos populares deveriam ser silenciados. A partir daí, os movimentos feministas desenvolvem um caráter de luta de classes e contra a própria Ditadura Militar. Os grupos femininos que são criados nesse período já nascem comprometidos com a oposição ao regime político e com as lutas pela democracia e pela anistia. Nesse período, registram-se grupos de mulheres que vão se organizar clandestinamente, promover passeatas e manifestações públicas.

Assim, essa onda de movimentos femininos vai acontecer em meio ao autoritarismo e repressão do regime militar. Estas ações são consequências da resistência das mulheres à ditadura e sua participação nesse período é intensa, fazendo frente a protestos contra a violação dos direitos humanos. As mulheres pobres buscam soluções para as necessidades da comunidade diante do descaso governamental com os serviços básicos. As operárias cada vez mais integram os sindicatos em busca de seus direitos. As mulheres do campo lutam por suas terras que, seguidamente, iam parar nas mãos das grandes empresas de agronegócio. As estudantes universitárias entram para grupos estudantis e muitas vezes pegam em armas para lutar contra o regime militar, ou, então, se filiam em partidos de oposição.

As mulheres que se empenhavam em movimentos contrários a algum setor tradicional da sociedade sofreram com a discriminação. Foram obrigadas a repensar sua relação com os partidos políticos, comandados por homens,

com a igreja e com o sistema patriarcal e capitalista. Em vários momentos da cena política, houve tensões entre as feministas e a esquerda, e também com setores da Igreja Católica. Toda essa situação fez com que o movimento feminista rompesse com a esquerda. Mesmo assim, manteve-se a ideia de compromisso com a mudança das relações sociais, pois tinham o interesse de promover projetos mais amplos de reforma social envolvendo setores populares e, claro, os direitos da mulher.

Entretanto, as mulheres frente aos movimentos dos anos 1960 e 1970 representavam muito mais do que ir contra a ordem política vigente, mas:

representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio às mulheres. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, 'comportando-se como homens, pegando em armas e tendo êxito neste comportamento. (SARTI, 2014)

Esses movimentos acompanhavam as mudanças que vinham ocorrendo no país sob o regime autoritário. O sistema educacional, em avanço num país que se modernizava, gerou novas oportunidades, ainda que de forma excludente, para as mulheres. O mercado de trabalho se expandiu e, segundo Albornoz (2008, p. 93),

novos modos de trabalho modificam as formas de vida das famílias e criam relações conjugais mais aproximadas da igualdade; a mulher é chamada a integrar-se ao mercado de trabalho que a necessita. A pressão pelo consumo convence as famílias de classe média a lançar mão do auxílio do trabalho da mulher; a má distribuição da renda obriga as famílias das classes trabalhadoras a contar com a remuneração das mulheres.

Além disso, a efervescência cultural de 1968¹⁰ trouxe novos comportamentos afetivos e sexuais, juntamente com o acesso aos métodos anticoncepcionais. Essa situação influenciou, de forma decisiva, o mundo privado. Novas experiências foram trazidas ao cotidiano, gerando conflitos com

¹⁰ O ano de 1968 foi marcado por manifestações políticas, comportamentais e artísticas abrindo novas possibilidades de se pensar a existência humana e de se pensar criticamente a realidade. A música é que chama a atenção nessa efervescência. Vários festivais de música e programas musicais na TV surgem como forma de contestação ao Regime Militar.

os padrões e valores tradicionais estabelecidos, de caráter autoritário e patriarcal.

A presença feminina em movimentos se torna mais significativa com a luta pela anistia. Em 1975, foi fundado o Movimento Feminino pela Anistia¹¹, em São Paulo.

O feminismo se expandiu nesse cenário de mobilizações diversas e sob os olhares dos movimentos políticos. Para a direita, o movimento era imoral e perigoso. Para a esquerda, e para muitos homens e mulheres independente de sua ideologia, era um movimento anti-feminino.

3.2 A participação das mulheres em movimentos sociais

É na década de 1970 que os movimentos ganham forças. Uma grande parcela de mulheres foi incorporada ao comércio, prestação de serviços e indústria, de forma até então não vista.

O país atingira um desenvolvimento significativo nas décadas anteriores, porém esse crescimento econômico não tinha atingido todos de forma igual. A riqueza produzida se acumulou nas mãos de poucos e a miséria persistira. As feministas ainda sofriam com preconceitos, conforme Albornoz (2008, p. 94),

é verdade que as mulheres brasileiras se encaminham para a maior autonomia econômica e tendem a procurar maior liberdade pessoal, expansão afetiva, realização intelectual, independência política e ideológica, mas discriminações persistem.

Os movimentos feministas da década de 1970 acontecem de forma paralela aos movimentos independentes de trabalhadores e outros movimentos populares. Em várias cidades do país, foram criados grupos femininos e a participação da mulher nos vários movimentos sociais só aumentava. Os movimentos de mulheres não eram, necessariamente, movimentos que reuniam grande número de adeptas em grandes manifestações. Muitas mulheres se organizavam em bairros, lutando por melhores condições de vida.

¹¹ O Movimento Feminino pela Anistia foi criado no final de 1975 e tinha como proposta denunciar as repressões que o governo militar impôs aos cidadãos brasileiros. Era composto, em sua maioria, por mulheres que viram seus maridos serem presos e torturados pelo governo militar.

Outras participavam de clubes de mães organizados por igrejas, ou participavam de movimentos que pediam creches ou iam contra a carestia.

Nessa década, o movimento brigou ativamente na defesa dos direitos das mulheres. Suas estratégias teóricas e práticas tinham por objetivo a visibilidade da mulher como sujeito histórico. É justamente nessa época que acontece uma reviravolta no movimento feminista no Brasil. O marco dessa mudança foi a criação do primeiro grupo organizado de feministas, em São Paulo, no ano de 1972, formado por mulheres intelectualizadas, algumas delas com vivência no exterior, em especial Estados Unidos e países da Europa, de onde traziam novas experiências e ideias. A partir daí, ocorreram diversos fóruns que abriram as discussões sobre temas femininos. “Foi o feminismo que constituiu as mulheres como atrizes na cena pública, que deu forma a suas aparições, voz ao seu desejo. Foi um agente decisivo de igualdade e de liberdade. Logo, de democracia.” (PERROT, 2007, p.162). Além de seu compromisso político, as participantes desses movimentos também tiveram a preocupação com as pesquisas relacionadas à situação da “mulher brasileira”.

No final da década, já eram realizados encontros de mulheres em vários estados e reuniões nacionais. “A trajetória das mulheres dos setores populares e dos grupos feministas se cruzaram, criando um novo sujeito social.” (FARIA; NOBRE, 1997, p. 26). Surgiu, então, a busca de uma identidade comum entre as mulheres e a busca de igualdade.

A partir disso, as mulheres tiveram visibilidade suficiente para que várias questões fossem repensadas. Entre alguns aspectos, podemos destacar o direito ao corpo, a livre opção pela maternidade, fim da violência contra a mulher, igualdade no mercado de trabalho e a luta por creches.

Com a “abertura” política em fins dos anos 1970¹², a maioria dos grupos se declarou abertamente como feminista. Isso fez com que se abrisse espaço para as reivindicações no campo das políticas públicas e para a reflexão sobre

¹² Essa abertura política foi o processo de transição do Regime Militar para um regime democrático. Começou com o governo de Ernesto Geisel (1974-1979) quando uma grave crise econômica e séries de dificuldades assolavam o governo militar. Em 1979 João Baptista Figueiredo assume a Presidência da República, onde fica até 1985. Frente ao bom desempenho da oposição nessas últimas eleições o processo de abertura política se acelera. A mobilização popular acaba forçando uma transição para a democracia negociada entre a sociedade e o Regime Militar.

gênero. Alguns conflitos existentes, especialmente com a Igreja Católica e com setores conservadores de esquerda, foram sendo abertos publicamente.

Passou-se muito tempo pensando que as mulheres rurais não poderiam ser mobilizadas, pois se tinha a convicção de que elas eram detentoras dos valores patriarcais impregnados na sociedade rural brasileira. Mas, ao contrário do que se acreditava, as mulheres do meio rural também se mobilizaram em busca de melhorias, isso porque a vida no campo não era fácil com a jornada de trabalho extensa. Além disso, elas promoviam manifestações e protestos para pedir respeito à legislação, acesso à previdência social e direito de participar dos seus sindicatos.

As mulheres do meio rural são mobilizadas por meio de pequenos grupos que se reúnem para debater as condições de vida. A maioria desses grupos estava ligada a ações religiosas, como as pastorais. “A mobilização das trabalhadoras rurais ilustra muito bem a capacidade das mulheres de vincular as reflexões sobre a vida doméstica às demandas dos movimentos populares.” (GIULANI, 1997, p.645)

Os Clubes de Mães e Grupos de Mulheres Trabalhadoras denunciam a precariedade dos serviços municipais, como transporte, saneamento básico, atendimento à saúde e educação. Durante as reuniões, surgem abaixoassinados, protestos e organização de encontros com órgãos públicos, pois elas se reúnem “enquanto cidadãs-excluídas, ou usuárias mal atendidas dos serviços públicos essenciais.” (GIULANI, 1997, p. 648).

Ainda assim, podemos considerar dois pontos distintos dentro da corrente feminista durante a década de 1970. O primeiro ponto diz respeito à um movimento voltado às ações públicas das mulheres, de organização mais política com questões como trabalho, questionamento dos direitos e igualdades entre os sexos sendo questionados. O outro ponto vai se preocupar com o mundo privado, se manifestando através de grupos de estudos e reflexão.

Esses movimentos de mulheres contribuem para romper a sua invisibilidade histórica. Por isso, esses movimentos, sobretudo a partir dos anos de 1970, são de extrema importância.

3.3 A condição feminina e o Ano Internacional da Mulher

As feministas passam a promover questionamentos político-cultural e levam essas discussões até o cenário político, tirando da esfera privada certos assuntos. Elas discutem temas como maternidade, sexualidade, aborto, violência contra a mulher, contracepção e direito ao corpo. Assuntos que jamais tinham tomado caráter público. Assuntos da profissionalização e do cotidiano também foram levados às discussões, como onde deixar os filhos quando a mulher sai para o trabalho, o salário menor que o recebido por homens, aumento do custo de vida e situações precárias nos bairros.

Desde o início da década de 1960, a pílula anticoncepcional já era considerada o método de contracepção mais seguro. Isso fez com que houvesse a separação de reprodução e sexualidade na mentalidade das pessoas. O prazer da mulher nas relações sexuais passou a ser considerado, não sendo mais um privilégio do homem. Esse assunto tornou-se questão bastante discutida nos grupos de reflexão. Além disso, a mulher poderia escolher o momento de ter um filho, levando em consideração fatores como carreira profissional, estudos, estilo de vida e questões financeiras.

Através desses questionamentos por parte das mulheres a concepção tradicional de política sofre algumas mudanças. Agora, são discutidos temas através de vozes femininas e a partir de suas vivências. As concepções de público e privado vão tomando outra forma, impactando o sistema político.

As feministas lutam pela representação de um grupo específico, procurando a valorização dos direitos da mulher. As ideias feministas foram ganhando espaço e destaque através da imprensa, o que influenciou um número bem maior de mulheres e aumentou o impacto das reivindicações. Muitas vezes, os jornais eram importantes instrumentos desses movimentos, pois era por meio deles que as feministas difundiam suas ideias transformadoras para as demais mulheres no espaço brasileiro. Dentre alguns jornais, podemos destacar *Brasil Mulher* (Londrina, 1975-80), *Nós Mulheres* (São Paulo, 1976-78) e *Mulherio* (São Paulo, 1981-87).

As discussões dos direitos das mulheres ganham ênfase no cenário político-cultural do Brasil. Tais discussões denunciavam a discriminação sexual e as profundas diferenças socioeconômicas. Para dar enfoque, a crítica usava

os problemas das mulheres trabalhadoras que eram oprimidas pela discriminação classista e sexual, além de lançar propostas para amenizar os problemas enfrentados pelas mulheres trabalhadoras, como os salários menores se comparados aos salários dos homens, a falta de creche, aumento do preço dos alimentos.

Assim, a emancipação feminina mexe não somente com questões específicas sobre a condição da mulher, mas também com questões socioeconômicas em meio aos problemas que a sociedade enfrentava. Várias são as propostas:

As mulheres têm contribuído para que algumas transformações importantes possam ser postas em prática: a politização do cotidiano doméstico; o fim do isolamento das mulheres no seio da família; a abertura de caminho para que se considere importante a reflexão coletiva; a definitiva integração das mulheres nas lutas sociais e seu papel de destaque na renovação da própria cultura sindical. (GIULANI, 1997, p. 649)

Nesse período, muitas mulheres que participavam dos movimentos feministas também atuavam em partidos políticos clandestinos na luta contra o regime de Ditadura Militar. Essas mulheres encontravam nesses grupos de feministas um lugar para discutir sua condição e a situação política, econômica e social do país.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas¹³ (ONU) promove o Ano Internacional da Mulher. Em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte foram realizadas várias atividades que reuniram mulheres dispostas a discutir a condição feminina perante a sociedade. A base das discussões foi o “novo” movimento feminista que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos.

Era a primeira vez que as mulheres se reuniam em grupo publicamente depois das mobilizações de 1967-1968¹⁴. Isso porque as atividades contavam com o patrocínio da ONU e tinham certa distensão política do regime.

¹³ Fundada logo após a Segunda Guerra Mundial, em 24 de outubro de 1945, a ONU (Organização das Nações Unidas) é constituída por governos da maioria dos países do mundo. Tem por objetivo criar e colocar em prática mecanismos para manter a segurança internacional, desenvolvimento econômico, respeito aos direitos humanos e progresso social.

¹⁴ A revolta estudantil nos anos 1967-68 foi surpreendente por ser internacional, atingindo países muito diferentes quanto ao nível de vida ou quanto ao sistema social ou político. Essa

Em 1975, a ONU institui o 8 de março como o Dia Internacional da Mulher, consagrando, assim, o direito de manifestação pública. Esta data significa a busca pela igualdade cultural e histórica entre mulheres e homens. As diferenças biológicas devem ser respeitadas e não servem de pretexto para subordinar e inferiorizar a mulher.

As reflexões sobre o Dia Internacional da Mulher, do 8 de março, estão mundialmente relacionadas às reivindicações femininas por melhores condições de trabalho, por uma vida mais digna e sociedades mais justas e igualitárias. Essa luta é antiga e contou com a força de várias mulheres que resistiram ao machismo e à discriminação. Em 1910, no II Congresso Internacional de Mulheres Socialistas em Copenhagem, Carla Zetkin (1857 – 1933) (alemã, membro do partido Comunista Alemão, deputada em 1920, militante do movimento operário e diretora da revista *Igualdade*, que durou 16 anos (1891 – 1907)), propôs a criação de um Dia Internacional da Mulher sem definir uma data precisa.

Nos anos posteriores a 1970, o Dia Internacional da Mulher, em alguns países da América Latina, passou a ser associado a um incêndio que ocorreu em Nova York no dia 08 de março de 1857, quando trabalhadoras de uma fábrica de tecidos fizeram uma greve para pedir melhores condições de trabalho. A manifestação foi reprimida com violência e as trabalhadoras foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada, segundo Blay (2001).

Com a realização desse evento, vários grupos de mulheres surgem em todo o país. Muitos desses grupos são de reflexão, grupos de estudos para discutir a conscientização da condição feminina. Outros são de reflexão e ação, que tinham por princípio a autonomia feminina, ponto que gerou situação conflituosa com os grupos políticos, em especial os de esquerda. Elas queriam uma “autonomia em termos organizativos e ideológicos perante os partidos políticos e outras organizações.” (COSTA, 2009, p. 60). Devido ao autoritarismo do regime da época, esse tipo de questão não era nem colocada. O que se buscava era um espaço autônomo para troca e reflexão de ideias.

Os jornais feministas foram importantes nesse processo. Ainda em 1975, é criado o jornal *Brasil Mulher*, em Londrina, Paraná. Esse jornal era ligado ao

revolta começa nos Estados Unidos, em Berkeley, sacode, em seguida, os países ocidentais, depois os países comunistas, como a Polônia, e chega até o Oriente Médio e a América Latina.

Movimento Feminino pela Anistia, escrito e publicado por ex-presas políticas. No começo do ano seguinte, é criado o jornal Nós Mulheres, por um grupo de universitárias e antigas militantes do movimento estudantil. Esses dois jornais se identificavam como feministas. Segundo Costa (2009, p. 59), “A partir de 1978, estes dois jornais se converteram nos principais porta-vozes do movimento feminista brasileiro.”

Nos anos que se seguiram, movimentos sociais de resistência se ampliaram. O movimento feminista se expandiu com novos grupos espalhados por várias cidades brasileiras, que passam a discutir assuntos mais amplos, como direitos reprodutivos, combate à violência contra a mulher e a sexualidade. “O feminismo chegou até a televisão revolucionando os programas femininos.” (COSTA, 2009, p. 60). Os programas tradicionais sobre culinária, moda e educação vão abrindo espaço para novos temas.

Para Costa (2009, p. 60), “Em linhas gerais, poderíamos caracterizar o movimento feminista brasileiro dos anos 1970 como fazendo parte de um amplo e heterogêneo movimento que articulava as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade com as lutas pela redemocratização.”. As reivindicações das mulheres se espalhavam por vários setores da sociedade, do cotidiano às lutas nas ruas.

3. 4 As conquistas do movimento feminista: políticas públicas para as mulheres

Nos anos de 1980, com a redemocratização do Brasil, a mulher passa a participar mais de partidos políticos, apresentando propostas de políticas públicas em benefício às mulheres. A pressão feminina junto ao governo rende resultados. Algumas necessidades básicas das mulheres trabalhadoras foram atendidas com medidas governamentais apoiadas na Legislação trabalhista de 1943¹⁵. A questão da diferença de salário também foi discutida. Alguns ramos produtivos passam a pagar salários iguais para homens e mulheres que

¹⁵ A Legislação trabalhista de 1943 foi sancionada pelo presidente Getúlio Vargas no período do Estado Novo (1937-1945) com o objetivo de regulamentar as relações individuais e coletivas do trabalho. A mulher passa a ter seu trabalho protegido, licença e salário maternidade, intervalos especiais para amamentar o filho até completar seis meses.

desempenhassem as mesmas funções. Muitas organizações não-governamentais (ONGs) foram criadas para influenciar as políticas públicas.

Eram tão fortes essas questões trabalhistas no discurso feminista que muitas mulheres trabalhadoras aderem à força sindical e acabam formando sindicatos femininos, o que vai fazer com que elas entendam melhor sua situação e reivindiquem seus direitos.

Com o tempo, toda a ênfase que o movimento dava às causas trabalhistas das mulheres e às questões políticas, econômicas e sociais do país vão dividindo espaço com outras necessidades das mulheres. Muitas questões já haviam sido atendidas pelo governo ou estavam a caminho para serem resolvidas. Além disso, as mulheres estavam querendo se deter em assuntos mais específicos da condição feminina (sexualidade, prazer, direito ao corpo, maternidade, violência contra mulher).

Três anos após o golpe militar de 1964, os militares patrocinaram uma nova Constituição. Ela restringia a organização partidária, concentrava poderes no Executivo, impunha eleições diretas para presidente e restabelecia a pena de morte. Os trabalhadores não tinham o direito de promoverem greves ou organizarem sindicatos e lançava as bases necessárias para outras leis que instituiriam a censura e o banimento dos cidadãos. Essa Constituição vigorou durante todo o restante da Ditadura e era o dispositivo máximo responsável por trazer ao campo da legalidade todos os atos de natureza antidemocrática.

Desde o final dos anos de 1970, já vinham ocorrendo importantes transformações nas relações entre Estado e sociedade devido, principalmente, à democratização e à crise fiscal. Os anos de 1980 foram marcados pela crise do nacional desenvolvimento, de origens mais antigas, assim como por mudanças nas políticas públicas.

As mudanças no Estado tinham um caráter de reforma, com a participação de diversas representações. Na evolução dessas reformas, enfatizava-se a democratização dos processos decisórios e dos resultados das políticas públicas, fazendo com que mais pessoas participassem do processo de decisões políticas. Além disso, procurou-se ampliar a inclusão de novos segmentos da população brasileira entre os beneficiários das políticas públicas. Uma das principais propostas era a maior participação da sociedade civil na formulação e implementação das políticas públicas.

Os movimentos sociais constituídos durante o regime de ditadura participaram das reivindicações ligadas ao acesso a serviços públicos e à melhoria da qualidade de vida. Desde o começo, as mulheres e a problemática de gênero estiveram presentes.

Depois de uma carência de certas questões dos anos 1970, surgem, nos anos 1980, novos enfoques sobre questões femininas. As questões políticas, econômicas e sociais ainda são discutidas, mas com outro enfoque. Além disso, há a participação do movimento feminista junto aos órgãos do Estado e aos partidos políticos.

A partir da década de 1980, o movimento privilegia a valorização das diferenças entre masculino e feminino, tentando recuperar a “cultura feminina” e inserindo-a dentro de um universo masculino dominante. É o pensamento da diferença. Nesse momento, as mulheres buscam se sentirem capazes e valorizadas.

Questões sobre sexualidade e saúde ganham muita atenção. O movimento busca desenvolver meios para a prestação de serviços às mulheres que necessitem de instrução e atendimento. Surgem grupos autônomos de mulheres que se especializam na área da saúde e que vão desenvolver técnicas alternativas de prevenção e tratamento, como o autoexame, que instrui a mulher a conhecer seu próprio corpo e, assim, perceber alguma possível alteração. Além disso, as mulheres tinham liberdade para falar de seus problemas sem a insegurança que teriam ao falar às instituições oficiais de saúde. As mulheres que procuravam esses grupos compartilhavam da mesma experiência cotidiana, contribuindo para que se sentissem à vontade em falar de seus problemas.

Essa mobilização em torno da saúde da mulher se percebe através da realização de encontros, reuniões e congressos. Temas como maternidade, contracepção e planejamento familiar adquirem conotação política, uma vez que se fazem cobranças ao Estado no sentido de maior atenção e assistência.

Nas questões de maternidade, o movimento pede assistência pré-natal, o cumprimento da licença-maternidade e faz campanha para a maternidade consciente e livre. Nesse sentido, entra a questão dos métodos contraceptivos. As feministas defendem a ideia da decisão consciente de se ter um filho. O movimento divulga métodos anticoncepcionais para as mulheres, para que elas

possam, junto com seus companheiros, decidirem a hora de terem filhos. Pedese ao Estado que distribua, de forma gratuita, métodos contraceptivos em hospitais públicos e oriente o bom uso desses métodos. Junto com a questão da maternidade livre e consciente, entra a discussão da legalidade do aborto, já que muitas mulheres o fazem em condições precárias e arriscadas. Alguns projetos de lei surgem, mas a legalidade do aborto não acontece.

O planejamento familiar também foi alvo de discussões. Na época, demógrafos e políticos defendiam a ideia de que, para o crescimento econômico do país, era necessária a diminuição da população. Em vários momentos, houve a esterilização de mulheres de baixa renda. O movimento feminista criticava duramente o Estado, pois acreditava que a mulher deveria ter autonomia para decidir sobre seu próprio corpo.

O problema da violência contra a mulher foi discutido com muita ênfase pelo movimento feminista. Muitos crimes contra a mulher vinham acontecendo, fazendo com que elas se juntassem para pedir justiça. A questão foi aberta para discussão e as mulheres passaram até a relatar as agressões sofridas por seus companheiros, como forma de encorajar outras mulheres violentadas a denunciarem.

Sob o impacto desses movimentos, foram implantadas, na década de 1980, as primeiras políticas públicas voltadas à condição da mulher. Em 1981, é criado o S.O.S. MULHER, órgão dirigido por mulheres para dar assistência jurídica às vítimas de violência. Havia muita conversa e orientação e os casos eram encaminhados com mais rapidez à justiça.

A mobilização de mulheres levou à criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983. O programa foi elaborado pelo Ministério da Saúde e a discussão se pautava predominantemente sobre o controle da natalidade. O Ministério da Saúde teve enorme importância, pois influenciou o Governo Federal a se posicionar e defender o livre arbítrio das famílias brasileiras em relação a quando e quantos filhos ter. Trata-se de um documento histórico que incorporou o ideário feminista para a atenção à saúde integral, inclusive responsabilizando o estado brasileiro sobre a saúde reprodutiva. Assim, as ações prioritárias foram definidas a partir das necessidades da população feminina.

Em 1983, é criado o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina no estado de São Paulo, fruto das lutas feministas ligadas a partidos políticos. Serviu como experiência para a criação de outros conselhos estaduais e municipais. O conselho teve importância na criação de delegacias de polícia de defesa da mulher e casas de abrigo para mulheres vítimas de violência, além de outras políticas públicas.

Em 1985, é criada em São Paulo a primeira Delegacia Especializada da Mulher. A partir de então, as delegacias da mulher se proliferaram pelo Brasil. Foi considerada uma conquista institucional por parte do movimento feminista, que direcionava suas reivindicações ao Estado. O objetivo dessas delegacias é atender mulheres vítimas de violência, prevenir e reprimir a violência doméstica. A delegacia comandada por mulheres reconfortaria as vítimas em função da sensibilidade feminina e por receberem treinamento específico das feministas para tratar desse tipo de violência.

Ainda no ano de 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, um órgão do Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar a participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.

Com o movimento feminista em avanço, o eleitorado feminino passou a interessar partidos políticos e candidatos. Esses começaram a incorporar as demandas das mulheres em suas campanhas e a criarem departamentos femininos dentro dos partidos políticos. Partidos políticos de oposição passaram a lançar candidatos nas eleições para governos estaduais e municipais. Dessa forma, repensam sua posição frente ao Estado, pois tinham a possibilidade de avanços em termos de política feminista. Os grupos feministas foram se dividindo, pois muitas feministas se concentravam em partidos enquanto outras permaneciam somente nos movimentos, reduzindo as práticas autônomas.

A luta das mulheres, desde a década de 1960, foi responsável por introduzir na agenda política questões que até então estavam restritas à esfera privada. As mulheres formaram um destacamento especial nas batalhas do povo brasileiro em busca da reconquista da democracia e da liberdade. Com o processo de redemocratização, as mulheres passam a lutar pela sua condição de cidadãos e sujeitos de direito, capazes de decidir sobre as próprias vidas. As

mulheres se voltam para um debate sobre a necessidade de implementar políticas de Estado capazes de enfrentar as formas de violência, de promover a igualdade salarial entre homens e mulheres, direitos sexuais e reprodutivos.

A evolução do eleitorado feminino aumentou gradativamente desde os anos de 1960, e aumentou também o número de mulheres candidatas. Após o golpe de 1964, esposas, irmãs e mães dos deputados cassados pelos militares se candidataram a fim de representá-los. Em 1965, foram eleitas seis mulheres. Entretanto, no ano de 1974 houve um retrocesso, apenas uma mulher foi eleita para a Câmara Federal.

O processo de redemocratização do país fez com que, no início dos anos 1980, a participação das mulheres aumentasse. O gráfico a seguir, mostra o aumento da porcentagem de mulheres eleitas para a Câmara Federal e as Assembleias Legislativas. Podemos perceber que o número de mulheres eleitas teve um aumento contínuo desde 1974. Nota-se, com exceção de 1986, que é maior o número de deputadas estaduais em comparação com deputadas federais.

Entretanto, com esse crescimento, o número de mulheres eleitas ainda era muito baixo. Várias causas explicam a ausência das mulheres no mundo da política, entre elas está a rígida divisão entre público e privado fortemente estabelecida, em que o público era espaço de cidadania e de política, espaço masculino por excelência. A segunda metade do século XX, experimentou importantes transformações nessa rígida divisão, principalmente com a entrada da mulher no mercado de trabalho, que ocorreu em todas as classes sociais e em quase todos os ramos profissionais.

A nova posição da mulher frente ao trabalho e às lutas dos movimentos feministas trouxe mudanças significativas na relação das mulheres com o mundo público e alavancou muitas das lutas das mulheres. Entretanto, não houve uma ocupação na mesma proporção pelas mulheres na vida política que corresponda à sua entrada no mundo do trabalho. Há uma grande distância entre os dois movimentos. A predominância é de homens na política, situação muito bem enraizada. Além disso, a falta de recursos dos grupos dominados e/ou mais frágeis prejudica sua participação em disputas eleitorais.

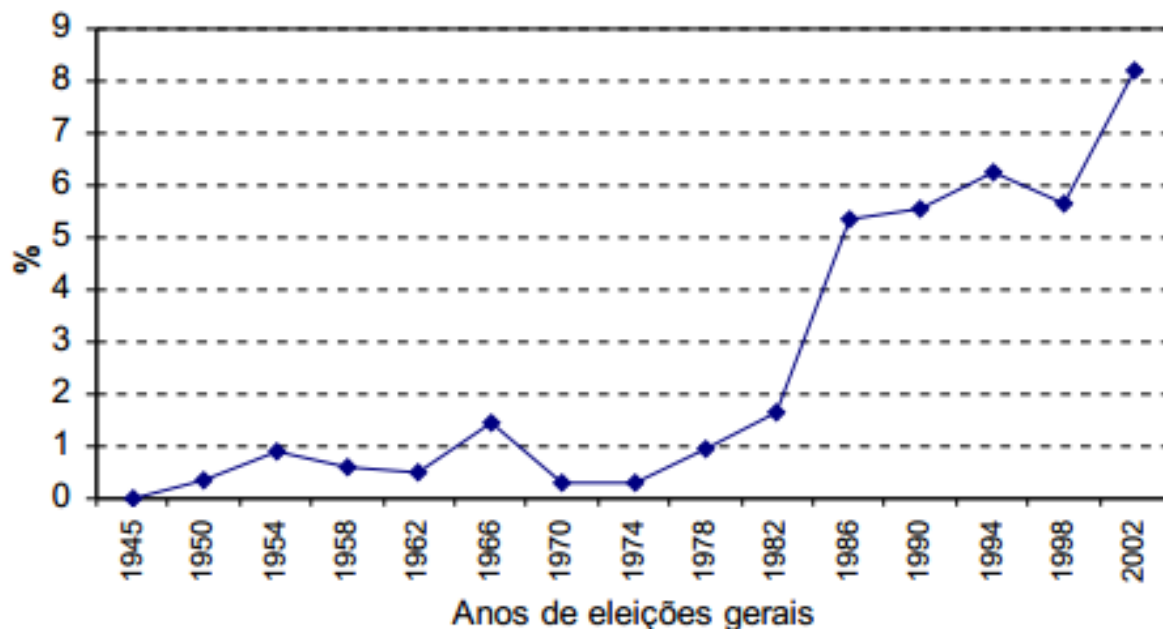
Nota-se que as mulheres até ganharam espaço no mercado de trabalho, mas sua posição no espaço público pouquíssimas vezes era em cargos de

liderança. Sua posição era sempre inferior em comparação com a situação dos homens. Esse quadro também se estende a sindicatos e partidos políticos, tendo a posição de liderança representada por homens. Uma outra questão que é bastante relevante é o fato de que uma mulher que se dedicasse à vida política teria pouco tempo para seu núcleo familiar. A entrada da mulher no mercado de trabalho modificou sua posição na família e reestruturou seus afazeres, mas não houve mudança suficiente para banir o estereótipo de dona do lar. A mulher é que cuidava do marido, da casa e dos filhos.

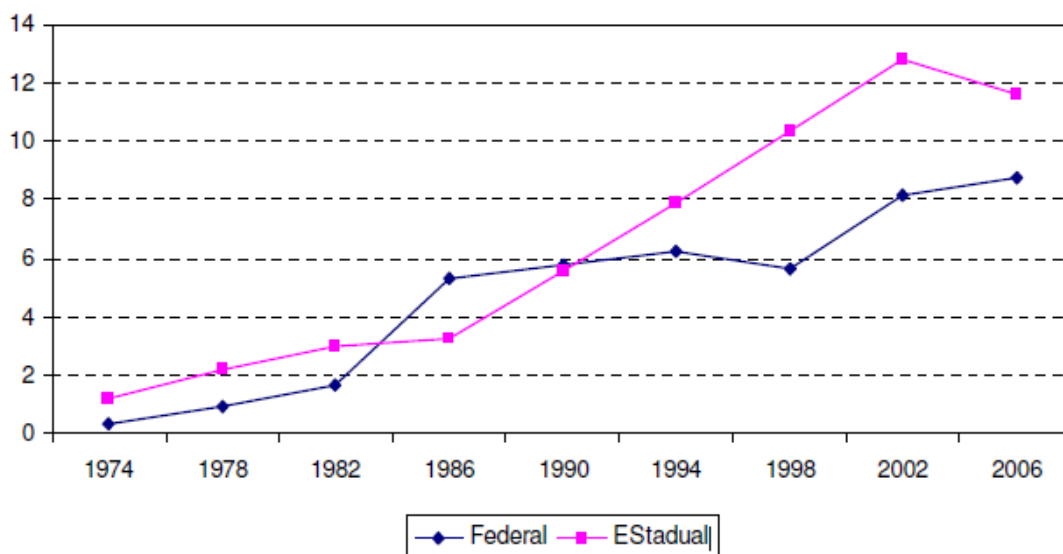
A partir da década de 1970, eclodem vários movimentos sociais que, como novidade, trouxeram a autonomia em relação a partidos políticos, trazendo formas alternativas de participação política. Com o Regime Militar, a participação política era limitada, portanto, não era um caminho para a busca de representação. Dessa forma, embora a segunda metade do século XX no Brasil tenha presenciado uma forte atuação do movimento feminista, isso não reflete em um aumento significativo no número de mulheres eleitas para cargos públicos.

Esse cenário pode ser analisado a partir dos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1: Percentagem de mulheres eleitas para a Câmara dos deputados: 1945-2002



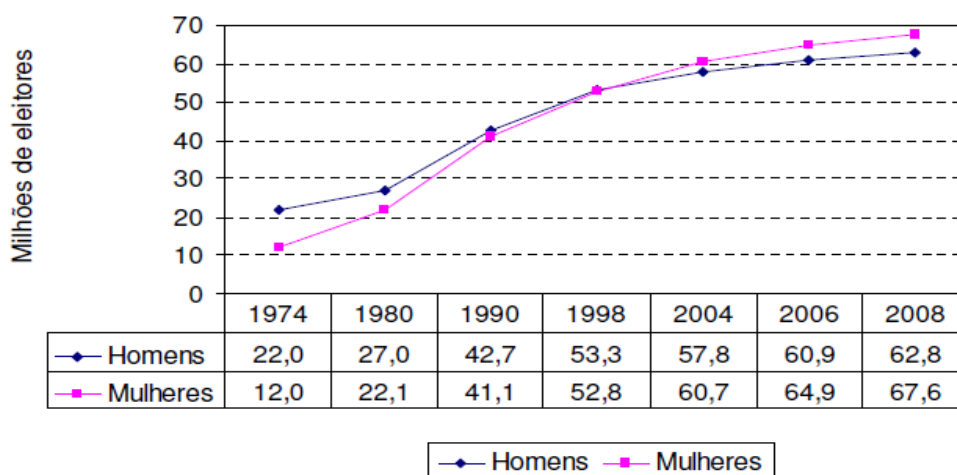
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - TSE, *apud* ALVES, 2006, p. 4

Gráfico 2: Percentagem de mulheres deputadas federais e estaduais: 1974-2006

Fonte: IBAM, 1997 e Tribunal Superior Eleitoral - TSE, *apud* ALVES, 2008, p. 9

No gráfico 3, podemos ver o número crescente de mulheres eleitoras, que, em determinado momento, chega a superar o número de eleitores homens. Porém, muito mais homens se candidatam e se elegem em comparação com as mulheres, pois o espaço ainda é predominantemente masculino, a cultura ainda é patriarcal. Muitos partidos acabam lançando candidatura de mulheres que não se interessam pela política pelo simples fato de ter alguma figura feminina que ganharia a atenção das mulheres. Além disso, o repasse de financiamento para campanha de mulheres é extremamente baixo, tanto de doadores quanto dos partidos políticos.

Gráfico 3: Evolução do eleitorado brasileiro por sexo: 1974-2008



Fonte: Fonte: IBAM, 1997 e Tribunal Superior Eleitoral - TSE, *apud* ALVES, 2008, p. 8

Em 1982, com a oposição se reorganizando e ganhando nas eleições estaduais, como em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o movimento das mulheres vai buscar a criação de espaços institucionais nesses governos. Elas pedem o desenvolvimento de políticas voltadas especificamente para as mulheres. Dessa forma, surge, em São Paulo, o Conselho da Condição Feminina e, em Minas Gerais, o Conselho dos Direitos da Mulher.

Em meio ao contexto das Diretas Já, em 1985, e todo o processo de transição democrática, as mulheres atentam sobre a importância da criação de um órgão no governo federal para desenvolver políticas públicas em benefício da condição da mulher. Elas faziam propostas de novas leis e programas, dando ideias aos ministérios e desenvolvendo projetos específicos em busca de verba orçamentária e recursos humanos. Várias organizações de mulheres se mobilizaram, como trabalhadoras rurais, empregadas domésticas, trabalhadoras de centrais sindicais. Faziam parceria com movimentos feministas locais, instigando as mulheres a apresentarem propostas para a nova constituição. Sua mobilização começa a gerar resultados e o Congresso cria, em 1985, o Conselho dos Diretos da Mulher (lei 7353).

No final de 1986, um encontro nacional acontece no Congresso Nacional, em Brasília, e reúne mulheres de todas as regiões do país. Nesse encontro, foi aprovada a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, que buscava que o Estado assumisse seu papel na igualdade de direitos. Várias outras propostas foram apresentadas, como questões de saúde reprodutiva,

com o intuito de que homens e mulheres tenham o direito de escolher quando e quantos filhos querem ter, sempre contando com informações para tal. Outra questão de extrema importância foi o papel que o Estado deveria assumir para coibir a violência doméstica. Ainda outros direitos eram reivindicados: os benefícios trabalhistas deveriam se estender às trabalhadoras domésticas; ampliação da licença maternidade; as terras em nomes das mulheres rurais independente de seu estado civil e o reconhecimento de que existia a discriminação da mulher no mercado de trabalho.

A partir da elaboração dessa Carta, o movimento ganha grandes proporções. No Congresso, a questão da mulher tinha uma representação significativa. A Constituição de 1988 já foi redigida com as questões propostas pelas mulheres e especificadas na Carta. A maternidade foi considerada uma função social, ampliando a licença-maternidade de 90 para 120 dias, criando a licença-paternidade e estendendo o direito à creche aos filhos de trabalhadores de ambos os sexos. A empregada doméstica passou a ter direitos trabalhistas. As trabalhadoras rurais conquistaram aposentadoria e salário maternidade. Além disso, outros temas também foram propostos, como a questão dos menores carentes, distribuição de renda, reforma agrária, mostrando a atenção que as mulheres tinham com temas envolvendo a sociedade como um todo.

Uma constituição é o documento fundador de uma comunidade política. A constituição é um projeto político da sociedade e reflete o conflito de valores e poderes que a caracteriza. A Constituição de 1988 ficou conhecida como Constituição Cidadã, pelo fato de ampliar os direitos sociais e políticos. Assegurou a liberdade de expressão e de reunião, garantiu o direito à privacidade, à inviolabilidade do domicílio e da correspondência e proibiu a prisão sem decisão judicial. Tudo contrapondo as práticas do regime anterior. Entre as alterações que esta Constituição trouxe, figuram o reconhecimento da existência de direitos e deveres coletivos, além dos individuais; a equiparação dos filhos, vedada qualquer discriminação; a diminuição da idade para a faculdade do voto; a permissão de voto ao analfabeto; a redução da jornada de trabalho e a afirmação de muitos outros direitos trabalhistas.

O contexto histórico que originou a elaboração da Constituição ajuda a explicar seu caráter abrangente. Ela é maior que um conjunto de regras que define o ordenamento jurídico da sociedade. A Constituição de 1988 foi o

resultado de lutas travadas em torno de interesses coletivos. Ela também reflete a mobilização de mulheres, que estruturaram propostas apresentadas ao Congresso Constituinte sob o título *Carta das Mulheres Brasileiras*, incluindo temas relativos à saúde, família, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade de terra. Vários temas propostos foram discutidos e incorporados à Constituição.

O setor da saúde se destaca pela presença de programas com foco na mulher. Era um tema constante nas demandas das mulheres desde os anos 1970. Entre os grupos de risco que foram focalizados destacam-se as mulheres gestantes e as crianças em seus primeiros anos de vida. Mas também havia programas de atenção à mulher em diferentes etapas de sua vida, com temas como sexualidade, violência e planejamento familiar.

Os programas na área de combate à violência contra a mulher são estruturados com atenção integral a mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, com assistência jurídica, social e psicológica. Esses programas se estendiam, geralmente, ao combate à prostituição infantil e ao tráfico de mulheres. Foram criados espaços de vivência e convívio para a recuperação da autoestima e da capacidade de reinserção social das mulheres.

A partir da década de 1980, o feminismo teve possibilidades maiores de se desenvolver, pois se iniciaram inúmeros debates sobre os direitos das mulheres. Nesse momento, houve a aproximação entre aquelas mulheres intelectualizadas de classe média que iniciaram o movimento e as mulheres das comunidades que lutavam por melhores condições de vida no seu meio. Novas formas de se pensar o feminismo surgiram com essa aproximação.

A anistia de 1979 permitiu a volta das exiladas no começo da década de 1980, fortalecendo a corrente feminista no movimento das mulheres brasileiras. Essas exiladas traziam consigo experiências e influências de movimentos feministas, sobretudo da Europa e dos Estados Unidos. Além da experiência dos movimentos, vinham com uma visão diferenciada da esfera doméstica tradicional, de caráter patriarcal da sociedade brasileira.

Nos anos de 1980, o movimento de mulheres no Brasil já era uma força política e social consolidada. As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país. Os grupos feministas se espalharam, atuando em conjunto com associações profissionais, partidos e sindicatos, legitimando a mulher como

sujeito social. No final da década de 1980, como saldo positivo de todo esse processo social e político, houve uma significativa alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988.

4 CONCLUSÃO

Durante muito tempo, o espaço público foi, de direito, aberto aos homens. Mesmo assim, várias mulheres saíam às ruas em busca de suas reivindicações, de melhorias para si, para sua família e para o bem geral da sociedade em que estavam inseridas.

Ao longo da história, a mulher se fez presente. O que acontece é que as mulheres não eram vistas e não se dava seu devido destaque. Por isso, antes de compreender o contexto e a situação em que viviam as mulheres nas décadas de 1960 até 1980, foi necessário conhecer o cotidiano das mulheres em períodos anteriores. Algumas lutas importantes da causa feminista aconteceram antes desse período estudado, e foram de grande relevância, pois serviu de base para as lutas das mulheres a partir da segunda metade do século XX.

Nos movimentos feministas, as mulheres se conscientizam sobre sua condição e passam a querer igualdade entre os sexos. Denunciavam as opressões e abusos sofridos pela sua condição de mulher nessa sociedade rígida. Além dos direitos iguais, elas lutavam também contra o próprio Regime Militar e por causas específicas da condição feminina na busca de políticas públicas para mulheres.

É importante ressaltar que o Regime Militar, baseado no autoritarismo político, utilizou-se da repressão e da tortura como forma de calar seus opositores. A tortura foi um método rotineiro tanto para homens como também para as mulheres durante este período. Mas, para as mulheres era diferenciado porque, além da tortura física como o pau-de-arara, o choque elétrico e o afogamento com o capuz, sofriam com o estupro, tendo que realizar as fantasias sexuais dos torturadores, além da tortura psicológica. A militante política era vista pela repressão como um objeto e não como um sujeito e pela sociedade como um ser desviante da conduta, uma vez que ousou se inserir no espaço público e político dominado pelos homens.

Assim, muitas mulheres rompem a distinção social estabelecida pela sociedade e se engajam abertamente nos movimentos políticos, feministas e lutas sindicais como caminhos mais ágeis de conseguir alcançar suas reivindicações.

Nem todos os movimentos de mulheres tomaram grandes proporções. Existiram vários grupos pequenos que buscavam melhorias no seu bairro, rua, escola pelo bem estar de sua família e comunidade. As mulheres do meio rural mobilizaram-se através de pequenos grupos que se reúnem para debater as condições de vida. A maioria desses grupos estava ligada a ações religiosas, como as pastorais. Também os Clubes de Mães e Grupos de Mulheres Trabalhadoras denunciavam a precariedade dos serviços municipais, como transporte, saneamento básico, atendimento à saúde e educação.

Neste sentido, é possível perceber que a mulher lutou por melhorias em diversos setores da sociedade, e com isso fez romper sua invisibilidade histórica.

Todas as discussões em torno do assunto *mulher e feminismo* ganharam forças e um Ano Internacional da Mulher foi instituído, em 1975, pela ONU, como forma de dar voz aos anseios e problemas que as mulheres enfrentavam.

Estudo sobre gênero entrou na pauta de discussões, principalmente a partir dos anos de 1980. Atribuições a homens e mulheres deixaram de ter caráter biológico, como até então era definido. A suposta superioridade masculina era sempre explicada e legitimada com teorias que afirmavam ser o homem o mais capacitado para ocupar o espaço público e tomar decisões importantes. A mulher, frágil e de natureza submissa, deveria prestar obediência ao ser dominante. O espaço feminino teve que ser alcançado com ações e lutas que mostravam o quão capaz eram as mulheres, tanto quanto os homens, de participar ativamente da sociedade.

Ao longo da década de 1980, com a redemocratização, políticas públicas importantes foram criadas para atender às especificidades femininas. Abriu-se a discussão para que novas ideias fossem surgindo e novas propostas e reivindicações pudessem, pelo menos, ser ouvidas.

De maneira geral, todas as mulheres que saíram de sua esfera privada não eram vistas com bom grado. Elas alteraram o padrão da sociedade e passaram a ocupar o espaço público, que, segundo a visão de muitos, não era destinado a elas. Mesmo assim, as mulheres que lutaram deram voz às necessidades femininas, sejam elas participantes ou não de movimentos feministas.

5 REFERÊNCIAS:

ALBORNOZ, Suzana. *As mulheres e a mudança nos costumes*. Porto Alegre: Movimento, 2008.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

ALVES, José Eustáquio Diniz. A evolução do eleitorado brasileiro e da representação feminina na Câmara dos Deputados. 2006. Disponível em http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/eleitoradofeminino_10jul06.pdf. Acesso em 09 nov. 2014.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Inserção social e exclusão política das mulheres brasileiras. 2008. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/insercao_social_e_exclusao_politica_das_mulheres_jul09.pdf. Acesso em 09 nov. 2014.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BLAY, Eva Alterman. 8 de março: conquistas e controvérsias. In: *Estudos Feministas*, 2/2001, p. 603 – 606.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *O segundo sexo – fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 11ª impressão. 1980.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política*. In: PISCITELLI, Adriana; MELO, Hildete Pereira de; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lucia. *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 8 ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007

DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do Corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro, RJ: José Olímpio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta, 2013

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. *Gênero e desigualdade*. São Paulo: SOF, 1997.

FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lucia; NOBRE, Miriam. *Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF, 2000.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2006.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araujo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. *Mulheres e Militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GIULANI, Paola Cappellin. *Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira*. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

GROSSI, Miriam Pillar. *A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: Uma breve história do feminismo no Brasil*. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/10274/9519>. Acesso em 22 jul 2012.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Limas (Orgs). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850-1940*. Tradução: Eliane Lisboa. Florianópolis: Editora Mulheres EDUNISC, 2003.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MACEDO, José Rivair. *A mulher na Idade Média*. São Paulo: Contexto, 2002.

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. *As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres*. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>. Acesso em 16 jul 2012.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria Joana (Orgs). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). *História da Cidadania*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PISCITELLI, Adriana; MELO, Hildete Pereira de; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lucia. *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

ROLKA, Gail Meyer. *100 mulheres que mudaram o história do mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. *Participação feminina no debate público brasileiro*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria Joana (Orgs). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.

SARTI, Cynthia A. *Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro*. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332001000100003>. Acesso em 06 set 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20 (2), 1995, jul/dez

SILVA, Maciel Henrique; SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2008.

SOIHET, Rachel. *História das Mulheres*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SORJ, Bila. *O Feminismo e os dilemas da sociedade brasileira*. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2002.

STEARNS, Peter N. *História das relações de gênero*. São Paulo: Contexto, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. *História das Mentalidades e História Cultural*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.